

O Brasil na crise continental.

Oswaldo Coggiola*

O governo Bolsonaro foi caracterizado como uma vitória da extrema direita, que iria lançar, por um lado, políticas de destruição de conquistas sociais e, por outro, políticas de caráter obscurantista. E ele fez tanto uma quanto outra coisa. Desse ponto de vista, correspondeu às expectativas.

O que não correspondeu às expectativas foi a resistência que essas medidas suscitaram, tanto do ponto de vista da luta contra o projeto Escola Sem Partido, por exemplo, quando da resistência que suscitaram os cortes educacionais e a reforma previdenciária que levaram, nos primeiros seis meses de governo, a três grandes jornadas de luta (15 de maio, 30 de maio e 14 de junho). O que o governo Bolsonaro fez foi, basicamente, acirrar a polarização social e política do país.

A reforma previdenciária votada na Câmara foi mais uma articulação do parlamento do que de Bolsonaro. Ou seja, temos uma situação de crise, em que o centro do poder político se deslocou curiosamente para o parlamento, sendo que Bolsonaro se elegeu com um discurso condenando os políticos em geral, inclusive aqueles do parlamento, e prometendo uma moralização do país de modo autoritário. Estamos diante de uma situação de crise institucional que é de longo prazo e terá mais manifestações no futuro.

Na votação da Reforma da Previdência na Câmara, vimos que parte do que se supunha ser a oposição - ou seja, os partidos do “Centrão” - estaria na oposição a Bolsonaro, mas não na oposição às suas políticas reacionárias. Temos também a oposição social que é muito mais importante: sindicatos e movimento estudantil que convocaram as manifestações e demonstraram um grande poder de mobilização, contrariando quem afirmava que estavam

* Professor Titular do Departamento de História, FFLCH da USP

derrotados pela vitória de Bolsonaro. O problema é que carecemos de uma alternativa política de poder que denuncie a crise em que se encontram as instituições – o Executivo porque não consegue fazer um governo do executivo; o Legislativo porque é considerado o centro da corrupção do país; e o Judiciário porque está dividido e sua principal carta de triunfo, a *Operação Lava Jato*, está sob questão pelas revelações do site *The Intercept* e pelo fato de que Moro assumiu o cargo de ministro da Justiça, o que deixou claro, mesmo sem interceptações, que seu interesse na *Operação Lava Jato* não foi levar adiante a justiça de modo imparcial, mas utilizá-la como plataforma para chegar ao poder político.

Diante de uma crise de todas as instituições, cabe colocar como ponto de unificação política das oposições sociais uma reivindicação que aponte ao coração do poder político institucional. Essa reivindicação não pode ser hoje a de que organismos de outra base política substituam o regime existente, porque esses organismos por enquanto não existem. O que existem são movimentos que conseguem se articular para convocar manifestações, mas não como alternativa política de poder. Numa situação como essa temos um impasse.

Esse impasse poderia ser resolvido se a oposição lançasse uma oposição política que não se limitasse a reclamar a saída de Bolsonaro ou a mudança de um regime político de tal forma que o presidencialismo se transformasse em parlamentarismo. Os movimentos sociais de oposição não podem se conformar com essa perspectiva, ou seja, trocar Bolsonaro por Rodrigo Maia. Ao contrário, está colocado que intervenham audaciosamente na crise política lançando, por exemplo, uma palavra de ordem como a da assembleia constituinte, que manifestaria o desejo de destituição dos poderes políticos existentes. Mas essa discussão ainda está pouco amadurecida, não tem nenhum consenso.

Nas lutas do primeiro semestre, a massa na rua foi basicamente de estudantes, na verdade, de jovens. Mas não devemos esquecer que mesmo que a massa fosse composta por estudantes, a convocatória foi feita por sindicatos. E sem essa convocatória os jovens não teriam ido para a rua. As primeiras grandes manifestações contra Bolsonaro foram convocadas por sindicatos, o que demonstra que o papel deles continua sendo decisivo. O problema é que o movimento sindical no Brasil tem certa peculiaridade, a começar por estar dividido em mais de 10 centrais sindicais, o que já põe logo de cara um obstáculo decisivo, de tal modo que os sindicatos mais combativos têm que propor instâncias sindicais ou de organização que superem essa divisão entre sindicatos. Ou seja, propor formas de organização através das quais se possam incluir, inclusive, a base dos sindicatos que operam claramente como entraves ao movimento.

É preciso lançar uma iniciativa audaciosa e de base do movimento operário e sindical, que inclua a juventude. Isso acontece de modo muito parcial por enquanto, como em iniciativas de caráter regional. Mas não há uma iniciativa nacional nesse sentido, porque não existe consenso político dentro da esquerda. A questão do ‘Lula Livre’ não se mostrou um fator de mobilização importante. Houve algumas manifestações, mas não se comparam ao que foi capaz de convocar a luta contra os cortes na Educação ou a Reforma da Previdência.

A classe empresarial nacional e estrangeira declarou sua alegria pela vitória, na Câmara dos Deputados, da Reforma da Previdência. Mas o herói da reforma foi Rodrigo Maia, não Bolsonaro. Portanto, é de se esperar que a crise institucional permaneça. Em segundo lugar, as afirmações que foram feitas em relação à reforma foram de que sua votação suscitaria uma onda de crescimento econômico. Acontece que a crise e o desemprego não dependem de uma reforma previdenciária, e sim de fatores que se vinculam

com a crise econômica mundial, com a reprimarização da economia brasileira, com a queda dos preços das matérias-primas no mercado mundial. O efeito mágico provocado pela Reforma da Previdência vai durar pouco tempo e os movimentos vão se ver obrigados a sair à luta, pois será questão de sobrevivência, empregando métodos de luta mais ousados que os atuais e que incluam a organização dos desempregados, pouco desenvolvida no Brasil. Quando houve a grande crise de 2001 na Argentina, isso pôs em evidência um movimento ‘piqueteiro’, que tinha como base uma enorme massa de desempregados: teremos de chegar a um movimento dessa natureza.

Os sindicatos não devem se limitar a organizar suas próprias bases, mas organizar os desempregados das diversas categorias, ao passo que a juventude, com sua própria dinâmica, deve atuar coordenadamente com esse movimento. Temos que ter movimentos como nos anos 80, de recuperação dos sindicatos. Naquele momento foi contra os pelegos que vinham da ditadura militar. Agora tem que ser contra os ‘pelegos modernos’, que vêm do processo de integração da esquerda ao Estado nos últimos anos. Pois, de forma inexorável, situação política brasileira vai se encaminhando com velocidade cada vez maior para uma crise de grandes proporções.

Na cúpula do poder, Bolsonaro desarranjou todo o campo de atuação de seus dois garantes políticos perante a pequena burguesia reacionária e a classe capitalista, Sérgio Moro e Paulo Guedes. As manobras para tirar o Superintendente da PF no Rio com a finalidade evidente de bloquear as investigações sobre as milícias e sobre seus amigos, e mesmo sobre o chefe da PF no país, à revelia do Moro, levaram o "Superministro" da Justiça a avaliar deixar o cargo. A nomeação de um Procurador Geral da República por fora da lista tríplice, tornando a chefia do Ministério Público um

apêndice do Planalto, completa o quadro. Com Guedes houve a disputa em torno da pretensão de Bolsonaro de mexer no teto de gastos, pressionado pela sua impopularidade e por frações da burguesia que reclamam investimentos públicos para reativar a economia.

Guedes conseguiu convencer Bolsonaro que os detentores da dívida pública exigem a contenção de gastos para manter seu apoio político. Mas o episódio estabeleceu nos meios financeiros a ideia de que há um "risco Bolsonaro" afetando o preço dos ativos e as perspectivas de investimento. Guedes não pôde evitar, porém, que o presidente demitisse o chefe da Receita, Marcos Cintra. O estopim foi a divulgação da proposta de criação de uma nova CPMF, mas a razão de fundo foi que Cintra não controlava a fiscalização, o que representava uma ameaça cada vez mais próxima de que o clã Bolsonaro, especialmente Flávio e seus laranjas, tivessem suas contas devassadas.

A confusão envolvendo Moro e Guedes revelou que, crescentemente isolado e encurralado por múltiplas crises, o presidente se lançou em direção de uma tentativa acelerada de concentração de poder, que fez soar os alarmes em todo o sistema político. O que caracteriza a situação é que esse avanço não acontece por ter reunido condições para isso, ou seja, como uma expressão de força política, mas pelo contrário, como resultado de um enfraquecimento. A montagem improvisada por Bolsonaro não só está ficando capenga pelos impasses de situação brasileira, como sofre os impactos de uma situação internacional crescentemente desfavorável. O colapso do governo Macri na Argentina e o fracasso da estratégia yanque para Venezuela, coroado pela queda de John Bolton, estremeceram dois pontos de apoio fundamentais para o governo, que ainda deve sentir mais ondas de choque desses eventos em um futuro próximo.

O movimento por acelerar a aposta em um regime de poder pessoal com métodos de exceção teve uma expressão brutal através de Carlos Bolsonaro, quando este disse que “por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos”. Nesse mesmo dia, Eduardo Bolsonaro posou ao lado do pai no hospital com um revólver na cintura, numa mensagem que, por ridícula que possa parecer, foi dirigida a agitar o núcleo duro do bolsonarismo, as milícias e o aparelho de repressão. O quadro de comoção aprofundou a fissura com o Congresso, que começou a tomar medidas para uma disputa de fundo com o governo, e com parte do Judiciário. A criação das CPIs das Fake News e da Vaza Jato é a preparação dos partidos tradicionais contra o projeto bonapartista que ameaça jogá-los na lama com métodos fascistas.

O temor dos parlamentares e dos juízes "garantistas" é que o controle direto da PF e da Receita Federal por Bolsonaro seja motivado não apenas pela defesa do seu clã, mas como uma arma de ataque contra seus adversários políticos. O presidente da CPI das Fake News já recebeu ameaças de morte, e os deputados que apoiaram a CPI da Vaza Jato foram pressionados para retirar suas assinaturas. A possível criação de uma CPI da Lava Toga (que investigaria os ministros do STF) desatou uma crise no PSL, que pode levar a saída do Major Olímpio, líder do governo no Senado. Mas o Congresso e o Judiciário são parte da crise que colocou Bolsonaro no papel central da cena política brasileira, e seus movimentos estão condicionados pelos interesses que representam. No Senado, a tramitação da reforma da Previdência avança aos trancos e barrancos, o que acaba dando fôlego ao governo. E a relação entre governo e Judiciário é regida por enquanto pelo pacto firmado por Bolsonaro e Toffoli em nome da "estabilidade institucional".

A única força real que pode fechar o caminho a um projeto neofascista no Brasil é a mobilização da classe trabalhadora. O ritmo acelerado da crise está criando as condições para que o movimento operário organizado ganhe protagonismo na resistência e possa começar desempenhar um papel de unificação das lutas populares, para além do imobilismo das cúpulas pelegas do sindicalismo. A nova agenda de lutas, que surge a partir do programa de privatizações lançado pelo governo, traz para o centro da cena os grandes sindicatos do país. As pesquisas confirmam que a ampla maioria da população (entre 60 e 70%) é contra a venda de empresas estatais, incluindo os Correios.

Segundo revelou a *Folha de S. Paulo* (14/9/2019), o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, sob as ordens do general Heleno, monitora as negociações salariais nas estatais, temendo um efeito cascata das paralisações. Heleno opera junto aos ministros do TST para avaliar as negociações das categorias e a agenda de lutas contra as privatizações, com atenção especial para o clima entre os trabalhadores da Petrobras, desde o anúncio de Guedes de incluí-la na lista de empresas públicas à venda. Assim como na greve dos Correios, o TST mediou a negociação salarial com os petroleiros. A última vez que uma greve na Petrobras virou tema de segurança nacional foi em 1995. Os manifestantes ameaçaram parar refinarias e o presidente FHC chamou o Exército, mas a greve conseguiu evitar a privatização da empresa. Bolsonaro ensaia uma nova tentativa, com a venda de 8 das 13 refinarias da Petrobras até 2020, com expectativa de obter US\$ 35 bilhões. O que se desenha no horizonte é uma disputa estratégica, cujas primeiras escaramuças estão em andamento.

O refluxo na luta contra a Reforma da Previdência, e mesmo na luta contra os ataques à educação e pesquisa públicas (com cortes brutais de bolsas e recursos de financiamento, e continuidade da ofensiva ideológica

neofascista, em especial em questões “de gênero” e de “marxismo cultural”), que não evoluíram para um combate em comum, enquanto a greve dos Correios, forte e decidida, se desenvolve no isolamento, não implica um fortalecimento do projeto bonapartista/personalista do clã miliciano no governo: “*O bolsonarismo como movimento político está refluindo, e Bolsonaro tenta compensar isso com golpe de Estado e uso da máquina*”, apontou Celso Rocha de Barros (*Folha de S. Paulo*, 16/9). O índice de impopularidade do governo – 38% consideram-no “ruim ou péssimo” (44% declaram, além, disso, que “nunca confiam” no presidente) – é inédito para um governo em primeiro ano de mandato. As tentativas de centralização do poder, que vão da inédita nomeação de um Procurador Geral da República (PGR) ignorando a lista de nomes indicados pela categoria, até a insistência em nomear seu rebento miliciano para a embaixada em Washington, passando pela desqualificação pública e pouco elegante dos concorrentes políticos potenciais em seu próprio campo (o “ingênuo” Moro, o “chucro” Guedes e até o “ejaculação precoce” Dória), mostram um “bolsonarismo” cada vez mais reduzido a uma *clique*, e fissuras cada vez mais gritantes na precária frente política que lhe permitiu obter quase 60% dos votos em finais de 2018.

Compare-se esse 60% com o menos de 30% do eleitorado que, segundo as sondagens, continua apoiando o governo, e se terá o quadro do deslocamento de “setores flutuantes”, especialmente de “classe média” (pequena burguesia) para uma potencial oposição política, com consequências explosivas não só para o governo, mas para o regime político como um todo. A demissão de Marcos Cintra da condução da Receita Federal, um cargo estratégico, depois de sua desastrada tentativa de reintroduzir uma versão *aggiornata* da CPMF, evidencia-se assim como muito mais do que um episódio anedótico ou um remanejamento de segundo escalão: ela é, em primeiro lugar, um índice da ausência de rumo

do governo em matéria econômica, ou seja, no que diz respeito à bomba-relógio na qual está sentado. Segundo Reinaldo Azevedo, que às vezes acerta na mosca no meio de um festival de boutades exibicionistas, “Marcos Cintra caiu porque não conseguiu tirar de Sérgio Moro e da Lava Jato o controle de setores da Receita Federal” (*Folha de S. Paulo*, 13/9), ou seja, em pôr o sistema tributário, reformado (ou melhor, recauchutado) a serviço de uma recuperação econômica 100% baseada no favorecimento do grande capital, financeiro em primeiro lugar.

As medidas centrais do governo, além das iniciativas tresloucadas que buscam beneficiar seu *entourage*, são as que buscam manter ou aprofundar a adesão da base política e social que decidiu em seu favor a verdadeira disputa política (e só depois político/eleitoral) de 2018: quem deveria ser o candidato que carregasse a bandeira do antipetismo e do “combate à corrupção”, ou seja, o grande capital e as Forças Armadas. O projeto de Orçamento para 2020 prevê cortes pesados (e o início de uma trajetória destrutiva) dos programas sociais, além de um ataque em regra às bases econômicas dos direitos universais (saúde, educação, transporte, previdência e previsão social). O “pacote de combate ao desemprego” do governo prevê a liberação de R\$ 65 bilhões para as empresas, incluindo até a criação de uma rede de “agências de trabalho” privadas, isto é, transformar o desemprego e a miséria em mais um negócio capitalista. E o mesmo Orçamento - que corta saúde, educação, previdência e gastos sociais – destina R\$ 4,7 bilhões aos militares em benefícios instituídos na reforma previdenciária da carreira daqueles. E Bolsonaro barrou 36 pontos nos 19 artigos do projeto parlamentar de “lei de abusos de autoridade”, beneficiando basicamente as forças policiais.

Essa é a questão central. O avanço policial-militar corre por faixas paralelas: Moro e Bolsonaro se livram a uma concorrência, cada vez mais

acentuada (e reacionária), para melhor servi-lo. O primeiro já anunciou sua intenção de introduzir alterações no Código Penal que instituem ampla licença policial para matar. Do seu lado, como comenta Lincoln Secco (*Le Monde Diplomatique*, setembro) “os militares recuperaram força política, com aumento de gastos e o comando do Ministério da Defesa. Tais acontecimentos revelavam que o Partido Togado estava deixando a cena depois de ter subtraído o papel dos políticos profissionais. E o vácuo começava a ser preenchido pelo Partido Militar”.

O problema é que a crise política, motivada pelo caráter heteróclito da base social e política do governo, devolveu protagonismo aos tais “profissionais”, encabeçados pelo presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia. A crise econômica (de base nacional, continental e mundial) que, se ainda não está no limiar do *default* (como na Argentina), evidencia os traços de uma decadência sem saída capitalista no horizonte. A celebrada (e quase nula) recuperação da arrecadação fiscal não oculta que o saldo de transações correntes no primeiro semestre foi de -US\$ 10,5 bilhões, um aumento do déficit corrente de US\$ 2 bilhões em relação ao mesmo período de 2018, produzido em meio à degradingolada de Temer (-US\$ 8 bilhões), cf. *Informações Fipe*, agosto.

No cálculo sem muita piedade realizado por Delfim Netto (*Folha de S. Paulo*, 4/9), a queda média do PIB *per capita* nos últimos cinco anos foi de 1,5%, o que inclui uma redução média da produtividade do trabalho de 1,1% anual (isso, mais o aumento do desemprego). A parcela do produto e do orçamento nacional consumida pelo pagamento da dívida pública (interna e externa) não para de crescer, em termos absolutos e percentuais. O excedente nacional cai, e é cada vez mais engolido pelos tubarões financeiros.

Somente a classe operária, apoiada pelas maiorias populares, pode dar um fim à sangria nacional, mediante seu próprio governo. Cabe reorganizar e reconstituir a esquerda brasileira com base nessa perspectiva, ou deixar acontecer o pior com variantes políticas de somenos importância.

No Brasil, as fissuras nos poderes do Estado avançam ao ritmo do fracasso da política econômica. O único "serviço" que o governo tem para apresentar é a reforma da previdência (graças à capitulação da burocracia sindical), mas os sucessivos atrasos que vem acontecendo no Senado são sinalizações da "velha política" para a burguesia indicando que Bolsonaro é dispensável, com vista às eleições de 2020. Apesar da aprovação do texto básico da reforma, aliás, o governo sofreu uma derrota no dia seguinte, quando os senadores votaram contra restringir as regras de concessão de pagamento de salários aos trabalhadores mais pobres. Poucas horas depois da derrota no Senado, em retaliação, Guedes iniciou uma desidratação da proposta do "Pacto Federativo", que define os recursos para os estados e municípios. Bolsonaro chamou o "Posto Ipiranga" para se explicar, temendo mais problemas no péssimo relacionamento entre o Executivo e o Congresso.

As promessas de atrair investimento estrangeiro para um choque de crescimento dissipam-se, com uma previsão de apenas 0,8% para o PIB deste ano e de 1,8% para o próximo ano. Com esses números, a década terminaria com um crescimento anual de 0,6% do PIB, o nível mais baixo da história brasileira. Não admira que até mesmo o jornal *Estado de S. Paulo* se torne "dilmista", defendendo em editorial o aumento da taxa de investimento ("O PIB exige mais estímulo", 4/10). A indústria brasileira, que acumula uma queda de 1,7% em 2019, caiu 15% desde 2014, enquanto cresceu 10% no resto do mundo. A política de redução dos custos trabalhistas para "aumentar a competitividade" tem sido um fracasso

retumbante: a queda contínua das exportações levou o governo a reduzir as estimativas do superávit comercial deste ano, de US\$ 56,7 bilhões em julho, para US\$ 41,8 bilhões. Entre os principais mercados, o mais afetado é o comércio com os Estados Unidos, cujas importações do Brasil caíram 31,4% nos últimos 12 meses.

A deliberação aberta entre as diferentes frações da burguesia sobre o rumo a seguir se manifesta, sobretudo, na crescente desarticulação dos poderes públicos, onde há uma desordem cada vez mais manifesta, em um festival de vazamentos e operações políticas. O escândalo desencadeado pelas revelações de Rodrigo Janot coloca a Lava Jato numa agonia sem retorno. Investigações sobre vazamentos de decisões do Copom do BC para favorecer certos bancos indicam que a disputa de cliques na cúpula do poder político está manchando até o sistema financeiro. As investidas de Bolsonaro para aparelhar os órgãos independentes do Estado (PGR, Receita), o enfraquecimento de Moro, a autonomia nas ações da Polícia Federal etc., estão desenhando as condições para que a estruturação de uma alternativa política para a burguesia se imponha como uma necessidade. O apelo de FHC de protestar "em defesa da democracia" vai nessa direção.

Por outro lado, tanto o STF como Dallagnol e Cía. já deram luz verde para que Lula passe para o regime semiaberto, de onde poderia atuar como um líder "simbólico" da oposição (sem direitos políticos). Esta perspectiva é cara mesmo a Bolsonaro, que a exploraria para promover uma polarização com Lula como mecanismo para encobrir a falta de resultados de seu governo. O jogo seria complementado pela ação do novo PGR Augusto Aras, homem da direita católica, que já anunciou que irá atrás dos "mandantes" de Adélio no ataque a faca contra Bolsonaro, com a clara intenção de criar a atmosfera para uma perseguição a toda à esquerda.

Os conchavos para estruturar um câmbio de frente alternativo ao naufrágio anunciado do projeto bonapartista se realizam à luz do dia. As centrais sindicais negociam com a burguesia uma nova reforma trabalhista para recuperar as perdas pelo fim do imposto sindical. A passividade das centrais diante dos ataques do governo começa a mudar para uma traição pura e simples. Líderes da CUT, Força Sindical, UGT, CSB e CTB se reuniram com representantes das organizações patronais CNI, CNC, CNA e Febraban, juntamente com Rodrigo Maia, para discutir um projeto alternativo à reforma proposta por Bolsonaro. O objetivo seria reforçar a prevalência do 'negociado sobre legislado', estabelecido pela reforma trabalhista de Temer, e ao mesmo tempo beneficiar financeiramente as entidades responsáveis pelas negociações. O que se anuncia é um acordo pelo qual os trabalhadores, com a desculpa de um suposto "fortalecimento" sindical, devam pagar aos burocratas pelo "serviço" das negociações com os patrões. *"Em lugar nenhum do mundo o movimento sindical vive só de mensalidade. Em alguns países da Europa, as entidades dos trabalhadores exercem atividades econômicas para financiar as atividades sindicais"*, disse sem pestanejar Sergio Nobre, secretário-geral da CUT (*Estado de S. Paulo*, 1/10). Haveria a adoção de uma taxa negocial pela qual apenas os trabalhadores e as empresas sindicalizadas ou que concordam em pagar o imposto seriam beneficiados pelas negociações salariais.

Em um contexto em que, além de uma taxa de desemprego de 11,8%, a informalidade atinge 41,4% da população ocupada no país, a burocracia sindical manobra para fechar um compromisso com a classe capitalista que, sob o argumento de se adaptar as transformações "no mundo do trabalho", consagra de fato uma divisão permanente da classe trabalhadora, traçando uma fronteira brutal entre trabalhadores formalmente ocupados e precários. É uma armadilha mortal, que deve ser energeticamente rejeitada por todo trabalhador consciente.

Enquanto a centro-esquerda opera na direção de um acordo com todo o arco patronal, a recusa permanente da esquerda em levantar um slogan de poder revela uma profunda desorientação e uma grave falta de método político. No recente Congresso da CSP-Conlutas, a proposta de adotar a bandeira do “Fora Bolsonaro” foi voto vencido, sob o argumento de que a classe trabalhadora ainda não teria esgotado sua experiência com o governo e que, portanto, ainda não é "o momento certo". Mesmo desse ponto de vista, a afirmação é falsa, como mostra a queda recorde na popularidade de Bolsonaro entre as camadas mais exploradas da população, e a redução do bolsonarismo ao seu "núcleo duro", com uma maioria pequeno-burguesa, apoiada por uma corte de desclassados e pelo aparelho estatal de repressão polícia-militar. A política revolucionária não se limita nunca a uma esfera puramente "subjetiva", cujas referências seriam apenas as "relações de força" e o "estado de espírito" das massas, mas toma como ponto de apoio a dinâmica da própria crise capitalista.

A PGR, a força-tarefa da Lava Jato e Sérgio Moro violaram sistematicamente a ordem jurídica, com a bênção do STF, a serviço de um objetivo claramente político: mudar profundamente as relações entre a classe capitalista e as massas, numa situação em que o PT no governo já era incapaz de gerir o ajuste. Nesta altura do campeonato, mesmo os protagonistas principais daquilo admitem que houve, sim, um golpe. Até Temer confessou-o, literalmente! Que o PT tente explorar o fato de ter sido deslocado por um golpe de Estado para se fazer de tonto sobre suas responsabilidades históricas não anula em nada a realidade incontornável de que houve uma operação de uma imensa violência política, com a participação decisiva do alto comando militar, com o objetivo último de descarregar um brutal ataque contra as massas. Continuar insistindo em um raciocínio falacioso, de costas para todas as evidências, como faz o PSTU, o desqualifica para assumir qualquer autoridade perante as massas na luta

pelo poder político, e condena a sua militância à confusão, à desmoralização e ao sectarismo impotente.

Enquanto isso, o regime político treme sob uma avalanche de provas de uma profunda desintegração das estruturas estatais. A ascensão das massas na América Latina e a histórica revolta chilena abalaram o Brasil num momento em que testemunhava uma verdadeira implosão do Partido Social Liberal (PSL) de Bolsonaro. Esse cenário, somado à conclusão do processo de reforma da previdência no Congresso (sem os reflexos prometidos na atividade econômica ou na chegada dos investimentos), encerra uma fase do governo, que entra numa transição dominada pela incerteza e profundamente convulsiva. O regime brasileiro está encurralado pela crise mundial, pelas derrotas de seus aliados nos países imperialistas e pelas rebeliões populares no continente.

O Chile tem um significado especial, e não apenas por causa da crise irreversível do regime pinochetista, que serviu de modelo para o programa econômico de Paulo Guedes. Piñera, além disso, apresentava-se como o principal suporte internacional de Bolsonaro, como se viu quando, na crise dos incêndios na Amazônia, o chileno viajou expressamente de Paris a Brasília para aparecer ao lado de Bolsonaro e dar-lhe seu apoio de "líder regional". As massas chilenas nas ruas transformaram o Prosur, o engendro pró-imperialista lançado por Piñera e abraçado fervorosamente por Bolsonaro como um substituto da Unasul "bolivariana", em papel molhado.

A crise no PSL foi iniciada pelo próprio Bolsonaro, quando afirmou, em 8 de outubro, que o presidente da PSL, Luciano Bivar, "já era" porque estava "queimado", em referência a uma operação da PF sobre o uso de laranjas para desviar fundos de campanha no estado de Pernambuco. Bolsonaro, por sua vez, enfrenta acusações semelhantes: seu ministro do Turismo está sendo processado por candidaturas *laranjas* em Minas Gerais para obter

ilegalmente fundos públicos de campanha, que também teriam irrigado a campanha presidencial de 2018. As acusações cruzadas abriram uma guerra interna que colocou em lados opostos, por um lado, o clã Bolsonaro e, por outro, alinhados com Bivar, os chefes do bolsonarismo no Congresso, o Comissário Waldir e Joice Hasselman, líderes do PSL e da bancada oficial da Câmara, e Major Olímpio, líder do Senado e presidente do PSL em São Paulo. Bolsonaro se engajou pessoalmente em uma campanha para removê-los e nomear novos líderes. Abriu-se um festival de xingamentos, incluindo ameaças de "implodir o governo": Waldir acusou Bolsonaro de "traidor e vagabundo", e Joice cedeu, declarando ter recebido "a carta de alforria". A bancada de 53 deputados, a segunda maior (atrás do PT) e a única formalmente governista, foi dividida pela metade.

Depois de uma batalha de recursos legais para definir qual lado ficava com a liderança, Eduardo Bolsonaro foi eleito líder da bancada de deputados. Para isso, Bolsonaro teve que renunciar ao projeto de nomear seu filho como embaixador em Washington, com o qual pretendia criar uma linha direta com o governo Trump. Finalmente, Bolsonaro optou por cair fora do PSL e criar seu próprio partido, de natureza abertamente fascista, a "Aliança pelo Brasil". Na guerra aberta pela crise do PSL, Bolsonaro passou a se refugiar na "velha política" (que havia prometido combater), e agora os líderes do governo são o veterano Eduardo Gómez na Câmara e Fernando Bezerra (ex-ministro de Dilma) no Senado, ambos do MDB de Temer. A dependência de Bolsonaro do "centrão" (MDB, DEM, PP, PR, etc.) não só está ligada a qualquer possibilidade de aprovação de projetos, como também esses mesmos partidos, sistematicamente acoçados pelo exército de trolls e pela mídia comprada pelo bolsonarismo, acabam de implantar uma CPI das Fake News, para investigar o jogo sujo durante a campanha de 2018. A CPI promete se tornar o palco principal da vida política brasileira nos próximos meses, rumo da campanha eleitoral do

próximo ano. A lista de antigos aliados tornados inimigos que poderiam lançar bombas sobre o governo cresce a cada dia.

O fim da tramitação de reforma previdenciária, em meio a esse terremoto na base do governo, deu maior destaque ao papel decisivo do "centrão", comandado por Rodrigo Maia, na sua aprovação. O novo sistema previdenciário representa um confisco de 800 bilhões de reais (US\$ 200 bilhões), em dez anos, do bolso dos trabalhadores, para garantir o pagamento dos juros da dívida pública usurária. Para que fosse aprovada, foi preciso retirar do projeto a previdência dos estados e municípios e a dos militares, para a qual Bolsonaro enviou um projeto separado, a fim de garantir-lhes privilégios. A questão abriu, no entanto, outra crise na principal base social do bolsonarismo. O projeto privilegiava as altas patentes, deixando em inferioridade de condições as baixas patentes e os praças. *"Depois de perder parte do seu partido, Bolsonaro corre o risco de perder também parte de seu eleitorado. E não um eleitorado qualquer, mas aquele que o alçou à política e que esteve ao seu lado nos últimos trinta anos, algo como a sua base eleitoral de raiz"*, resumiu a revista *piauí* (22/10).

Dentro da PSL eles foram apoiados pelo grupo de Bivar, e depois foram "acolhidos" pelos caciques da "velha política". O governo já sofreu uma derrota na Comissão Especial que tratou do projeto, que concedeu os mesmos privilégios às patentes altas e baixas, o que, por representar mais despesas, enfrenta a oposição de Paulo Guedes.

O ministro da Economia também abriu outras frentes de conflito ao lançar uma agenda pós-previdência que inclui uma reforma administrativa - com cortes profundos nos salários dos funcionários públicos, ou seja, nas categorias mais organizadas do país - e um projeto de redução unilateral das tarifas de importação de bens industriais. Vale lembrar que Dilma

ensaaiou um ataque semelhante aos funcionários públicos em 2012, o que levou a uma greve de 40 dias, pré-anúncio da explosão das jornadas históricas de junho a julho de 2013. O plano de abertura comercial da Guedes prevê a redução das tarifas de 13,6% para 6,4%, em média, em quatro anos. Todos os setores industriais envolvidos se pronunciaram contra a medida (*Valor Econômico*, 22/10). O dismantelamento da escassa base parlamentar do governo, somada à resistência dos setores afetados pelos planos de Guedes guiados pelos interesses do setor bancário e financeiro, anuncia fortes confrontos que partidos tradicionais procuram capitalizar frente às eleições do próximo ano.

Alarmado com a profundidade da rebelião das massas nos países da região e o possível "contágio" ao Brasil, Bolsonaro ordenou ao ministro da Defesa que preparasse as Forças Armadas para reprimir possíveis manifestações. "A gente se prepara para usar o artigo 142 [da Constituição], que é pela manutenção da lei e da ordem, caso eles venham a ser convocados por um dos três poderes", disse o presidente no Japão. Bolsonaro também defendeu uma reforma da Lei Antiterrorista (aprovada por Dilma em 2016), que já está em processo no Congresso. "*No passado botaram uma vírgula na definição de atos terroristas, exceto movimentos sociais. Isso não pode acontecer*", disse. Segundo ele, a ação preventiva a ser adotada é "o endurecimento da lei".

Os preparativos do aparelho militar-policial pelo bonapartismo em crise aponta para a perspectiva de uma reação das massas perante os ataques e ao agravamento das condições de vida pela crise crônica. Todos tomam nota da ascensão revolucionária das massas latino-americanas impulsionada pelo impacto devastador da crise mundial. A CUT encerrou seu Congresso no dia 10 de outubro lançando um programa que busca colocar, mais uma vez, a classe operária como massa de manobra de um bloco com os setores

da burguesia ameaçados pelos planos de Bolsonaro-Guedes. O novo secretário geral da CUT, Sergio Nobre, anunciou uma marcha no dia 30 de outubro para entregar uma proposta ao Congresso negociada com a CNI (Confederação da Indústria) para "privilegiar o mercado interno". Nobre disse também que, enquanto Bolsonaro é uma pessoa "desqualificada", considera o vice-presidente Mourão "uma pessoa extremamente simpática".

O Supremo Tribunal Federal, em votação muito apertada (6 x 5), declarou inconstitucional a jurisprudência que havia estabelecido a prisão para qualquer pessoa condenada em duas instâncias. A decisão permite a libertação de cerca de cinco mil presos, incluindo Lula da Silva – que esteve na prisão por um ano e meio. O ex-presidente poderia retornar à prisão se o apelo à sua sentença fosse rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal. A mudança de posição do STF deveu-se aos vazamentos obtidos pelo site *Intercept*, que mostraram que a condenação de Lula foi uma operação político-criminal do ex-juiz Sergio Moro em conluio com operadores ligados Bolsonaro e os serviços de inteligência brasileiros. Moro é agora ministro da Justiça. *O Globo* denunciou o governo Bolsonaro como "subversivo da democracia" e atribui a ele um vínculo com as "milícias" que aterrorizam a população do Rio de Janeiro.

Um vazamento de serviços de inteligência estabeleceu um vínculo entre Bolsonaro e um dos que executaram o assassinato de Marielle Franco. Para vários comentaristas, a decisão do STF põe em causa a operação Lava Jato, que investiga as conexões da construtora Odebrecht, dos governos petistas e de vários políticos e capitalistas brasileiros. Somente se for caracterizada como um revés ou derrota de Bolsonaro e um revés para prisões preventivas de conteúdo político, a liberdade de Lula é uma vitória para os interesses populares. A partir do momento de sua prisão, repudiamos ou atropelamos e reivindicamos a liberdade de Lula. A superação do

ascendente Lula e do PT em vários setores da classe trabalhadora e da população só pode ocorrer através de lutas políticas - perseguições e detenções arbitrárias reforçaram, em inúmeras ocasiões, a autoridade política dos perseguidos, neste caso, um líder da classe trabalhadora que se tornou um defensor estratégico do capitalismo e da burguesia.

A libertação de Lula é uma expressão distorcida do crescente enfraquecimento do governo Bolsonaro, mesmo quando conseguiu impor uma reforma previdenciária prejudicial aos trabalhadores e reformas tributárias e trabalhistas da mesma natureza. Um gigantesco leilão para a exploração do petróleo brasileiro em águas profundas concluiu, no entanto, um fracasso, enquanto a crise econômica não encontra saída. No clã Bolsonaro, está em discussão uma proposta de reforma constitucional, que transformaria o regime político brasileiro em uma espécie de pinochetismo. Os confrontos entre Bolsonaro e a grande mídia - *Folha de S. Paulo* e *Globo* - são uma expressão da rejeição de seu governo por grandes setores da burguesia. Lula disse que começará a percorrer o país de olho nas eleições de 2022. Uma variante do "vamos esperar 2019" do kirchnerismo argentino, que funcionou como uma cumplicidade não declarada com o governo Macri. A libertação de Lula está inscrita em uma crise continental, que hoje tem o epicentro da Bolívia, onde o 'populismo' acaba de capitular diante de um golpe de direita. Em 2020, a crise e a revolta popular latino-americana vão ditar o ritmo da crise política brasileira.

Oswaldo Coggiola